



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO OU ANÁLOGO AO DE ESCRAVO, EM ATIVIDADES RURAIS E URBANAS, DE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº 100 DE 2012 (Do Sr. Walter Feldman)

Convida o Senhor ANTÔNIO VALDECIR STACIARI, proprietário do frigorífico “Nostra”, em Cambira, região norte do estado do Paraná, para debater sobre a denúncia feita pelos Procuradores do Ministério do Trabalho e Polícia Federal de trabalho análogo ao Escravo e tráfico internacional de pessoas encontrado no local.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 da CF e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja convidado o Sr. ANTÔNIO VALDECIR STACIARI, proprietário do frigorífico “Nostra”, em Cambira, região norte do estado do Paraná, para debater nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a denúncia feita pelos Procuradores do Ministério do Trabalho e Polícia Federal de trabalho análogo ao Escravo e tráfico internacional de pessoas encontrado no local.

JUSTIFICAÇÃO

Neste mês de novembro os Procuradores do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal localizaram alojamentos onde estariam hospedados trabalhadores paraguaios que prestavam sob suspeita de trabalho análogo ao escravo no frigorífico Nostra em Cambira, Ra região Norte do Estado do Paraná. A Polícia Federal informou que o número de paraguaios ilegais encontrados era de pelo menos 71 pessoas. Os paraguaios foram encontrados no interior do frigorífico, localizado na área rural.

Segundo declarações do Coordenador da Coordenação de Erradicação do Trabalho, Luiz Fabre, há indícios de tráfico internacional de pessoas.

A localização dos 71 paraguaios que trabalhavam ilegalmente no frigorífico Nostra só foi possível pela ação dos trabalhadores brasileiros incomodados com a situação degradante a que os estrangeiros eram submetidos.

A operação do MTE e Polícia Federal só foi organizada após uma funcionária da

empresa, que reside em Maringá, apresentar queixa sobre a situação a um taxista da cidade. Membro da Guarda Municipal maringaense e taxista nos momentos livres, o homem gravou parte da conversa da passageira que se dizia chocada com o fato dos paraguaios trabalharem na ilegalidade, com salários abaixo do mercado e ainda terem sucessivos descontos na folha de pagamento.

Verificou-se que os paraguaios desenvolviam jornadas que ultrapassavam 12 horas diárias, trabalhando inclusive em sábados e domingos e feriados. Se não trabalhassem eram ameaçados.

Mulheres grávidas e menores de idade também foram encontrados trabalhando no local.

Constata-se que esta prática de aliciamento de pessoas é comum na região.

Com o intuito de colher mais dados e nos auxiliar em nossos trabalhos, apresento requerimento convidando o Senhor ANTONIO VALDECIR STACIARI, proprietário do frigorífico para debater o assunto nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que serão de fundamental importância na conclusão dos trabalhos desta CPI.

Sala da Comissão, de novembro de 2012.

Deputado Walter Feldman